

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – PR

Caroline Viganó
Marcio Gazolla

Resumo: Os programas de transferência condicionada de renda são políticas sociais que visam combater e reduzir a pobreza no Brasil por meio de estratégias de prevenção, enfrentamento e suavização. Este artigo tem por objetivo analisar o perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), no Município de Pato Branco/PR e, correlacionar este com as condições socioeconômicas de vida das famílias, utilizando dados secundários do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). O estudo indica que apesar do município apresentar indicadores positivos de desenvolvimento, ainda há famílias vulneráveis localmente, em torno de 6,50% da população. Estes beneficiários do PBF, caracterizam-se por residirem nos espaços urbanos, são de cor branca e com grande representatividade feminina. Além disso, apresentam baixa disponibilidade de recursos financeiros e falta de trabalho remunerado há algum tempo, o que contribui como a situação de vulnerabilidade social. Para romper com o círculo da pobreza há necessidades de políticas públicas integradas e mais profundas, além de estas terem como objetivo eliminar as causas das privações de liberdades dessa população.

Palavras-chave: Pobreza. Programa Bolsa Família. Política social. Desenvolvimento local e regional.

1. Introdução

A partir do século XXI, o Brasil vem apresentando considerável redução no nível de pobreza e desigualdade social, de 47% nos anos em 1990, para 22% em 2012 (PNUD, 2013). O crescimento do emprego formal, aumento significativos do salário mínimo, a estabilização macroeconômica dos anos 1990 e o estabelecimento de políticas sociais contribuíram para melhorar a renda de muitas pessoas que se encontravam em situação de pobreza ou pobreza extrema (SILVA, *et al.*, 2017).

A criação de programas federais de transferência de renda foi uma das mais importantes ações da área de política social, estando inseridas no ‘pacote’ de programas sociais que são direcionados à população mais vulnerável do país (IPEA, 2006). Conforme ressaltam Silva, Yasbek e Di Giovanni (2007) “os programas de transferência de renda tornaram-se o “carro-chefe” da rede de proteção social brasileira.”.

Nesse sentido, os Programas de Transferência de Renda (PTR) propõem o alívio da pobreza de brasileiros por meio de contrapartidas que pretendem aumentar “a demanda por serviços sociais como saúde e educação e ampliar o acesso da população mais pobre a



direitos sociais básicos, incentivando expansões e melhorias na oferta desses serviços.” (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007, p. 12).

Estes princípios a cima mencionados, vão na direção preconizada por Sen (2000) que afirma que para as pessoas possuírem um desenvolvimento humano com liberdades substantivas, o Estado deve garantir liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Neste último item, enquadram-se as políticas de proteção social, como é o caso do Programa Bolsa Família (PBF).

Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar o perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família no Município de Pato Branco/PR e correlacionar com as condições socioeconômicas de vida das famílias. Para atingir este objetivo, analisa-se os dados secundários do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), disponibilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Pato Branco/PR. Os dados referem-se ao total de famílias beneficiadas pelo PBF atualizados até o mês de junho de 2018.

Este trabalho está estruturado em duas seções principais, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte resgata-se o histórico da construção das políticas sociais de transferência de renda no Brasil. Na segunda apresenta-se os principais resultados da pesquisa a partir dos dados contidos no CadÚnico de Pato Branco/PR.

2. A construção histórica das políticas de transferência de renda no Brasil

No Brasil os marcos iniciais de programas de transferência de renda emergiram a partir da década de 1990, se apresentando como um sistema de proteção social com o objetivo de combater a pobreza e reduzir a desigualdade social no país (MARTINS, 2013). A partir de então, no ano de 1991 (Figura 1), foi colocado em discussão na agenda pública o Projeto Lei nº 90/1991 do senador da época Eduardo Suplicy, em que propunha a criação do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM). Esse programa estabelecia o recebimento de uma renda mínima pela população brasileira com idade superior a 25 anos e com rendimentos limitados. Apesar de ter sido aprovado pelo governo federal o programa não saiu do papel (SILVA, 2007; MARTINS, 2013).

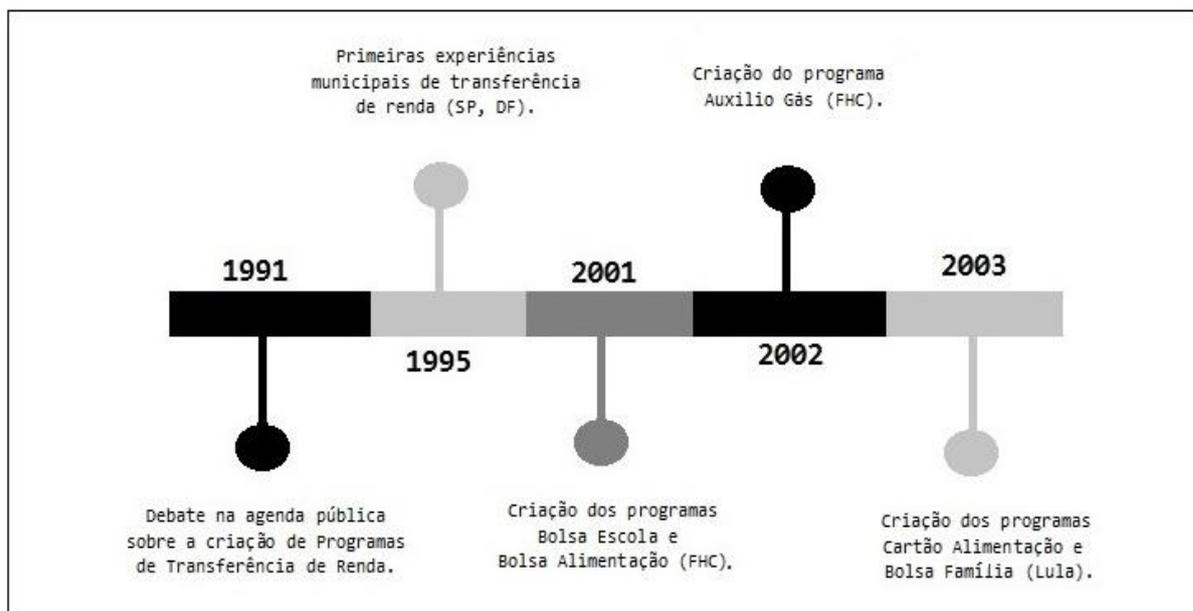
No ano de 1995 iniciaram-se as experiências municipais de transferência de renda no Estado de São Paulo e Distrito Federal. A expansão desses programas deu-se partir de



2001, por meio da criação dos programas federais: Bolsa Escola e Bolsa Alimentação (SILVA, 2007). O Programa Bolsa Escola (PBE) tinha o propósito de aumentar a frequência escolar de crianças inseridas em famílias que possuíam, na época, renda mensal inferior a R\$ 100,00. (DUARTE; SAMPAIO; SAMPAIO, 2009; BICHIR, 2010).

Já o Bolsa Alimentação, por sua vez, tratava-se de um instrumento de participação financeira da União com a finalidade de complementar a renda familiar e proporcionar melhor alimentação as famílias de baixa renda, além de ser destinada à promoção das condições de saúde e nutrição de crianças de 6 meses a 6 anos de idade. O Bolsa Alimentação englobava várias ações de apoio financeiro, além de estimular gestantes e nutrizes, conscientizando-as de suas responsabilidades, principalmente, na participação em ações básicas de saúde, como consulta pré-natal, pós-parto, aleitamento materno, entre outras de enfoque preventivo (MDS, 2002).

Figura 1 – Linha do tempo dos principais programas de transferência de renda no Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir de Silva (2007) e Martins (2013).

Em janeiro de 2002, ainda no governo FHC, é instituído o programa Auxílio Gás, que conforme o Art. 1 do Decreto 4.102/2002 seria “destinado a subsidiar o preço do gás liquefeito de petróleo às famílias de baixa renda”. O valor do benefício recebido pelas famílias era de R\$ 7,50 pagos bimestralmente ao responsável familiar (BRASIL, 2002).



Ao assumir o governo no ano de 2003, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva cria o Programa Bolsa Família (PBF), a partir da junção dos programas a cima citados, que foram gradualmente integrados em um único programa federal. Lula consolidou e procurou expandir a rede de programas herdados do governo FHC (BICHIR, 2010).

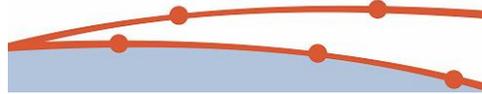
O Programa Bolsa Família (PBF) é hoje o maior programa de transferência de renda condicionada no mundo (BICHIR, 2010), e tornou-se uma das principais ações da política social do Estado, alcançando 13,7 milhões de famílias (COSTANZI; FAGUNDES, 2010; MDS, 2018). O PBF foi criado com o objetivo de “promover a redução da pobreza e a sua superação no médio e longo prazo, através da transferência de renda e da criação de oportunidades de inserção socioeconômica para as famílias beneficiárias” (SILVA *et al.*, 2017, p. 86). O programa prioriza como público alvo de suas ações as famílias em situação de extrema pobreza e pobreza, considerando sua renda *per capita* de R\$ 85,00 ou de R\$ 85,01 a R\$170,00 desde que possuam crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos (MDS, 2018).

Além da transferência monetária, o PBF apresenta um conjunto de ações que podem ser desenvolvidas no âmbito da educação, saúde e trabalho. Possibilita que crianças e jovens tenham acesso à escola e saúde e os adultos a capacitação profissional, micro crédito e acompanhamento gestacional (SILVA, 2007). Essas ações são também chamadas de condicionalidades ou contrapartidas – requisitos que as famílias devem cumprir para continuar recebendo o auxílio. As famílias devem ser responsáveis por manter as crianças e adolescentes frequentando a escola e cumprir com os cuidados básicos de saúde; seguir o calendário de vacinação das crianças e a agenda de pré e pós-natal para gestantes e nutrizes (BICHIR, 2010).

3. Programa Bolsa Família do município de Pato Branco

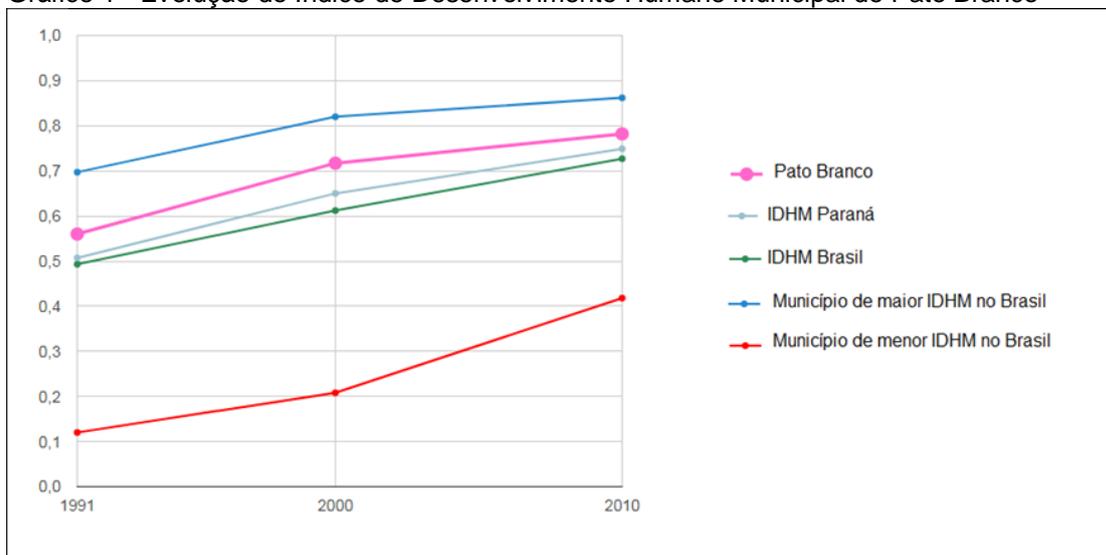
3.1 Caracterização dos beneficiários

De acordo com a Prefeitura Municipal (2018), Pato Branco é uma das cidades mais desenvolvidas do país. Está localizada na Região Sudoeste do Paraná e ocupa atualmente a 4º posição no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), com destaque para a saúde, tecnologia, educação e geração de emprego e renda.



Dados publicados no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2013) revelam que o município apresenta grande evolução nos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). O Gráfico 1 denota que entre os anos de 1991 a 2000, o IDHM passou de 0,560 para 0,717 em 2000, apresentando um crescimento de 28,04%. No que se refere à distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice que é 1, esse, foi reduzido em 64,32%.

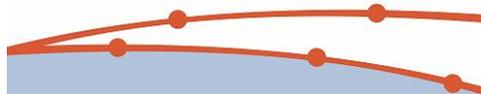
Gráfico 1 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Pato Branco



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Em uma análise mais atual, entre os anos de 1991 a 2010 o IDHM do município passou de 0,560% para 0,782% em 2010, um salto de 0,22% em quase duas décadas. Isso implica em uma taxa de crescimento de 39,64% para o município e 47% para a o Estado do Paraná (ADHB, 2013).

No que tange o indicador renda, segundo a mesma fonte, entre os anos de 1991 a 2010 a proporção de pessoas extremamente pobres com renda per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais reduziu-se consideravelmente (Tabela 1). Em 1991 o município contava com 8,62% da população nessas condições, em 2000 reduziu para 2,73% e em 2010 para 1,57%. Ademais, os últimos dados apresentados referem-se ao ano de 2010, apontando 3,71% de pessoas em condição de pobreza e 13,67% de pessoas vulneráveis a pobreza. Em relação ao Índice de Gini, que mede a concentração de renda (onde 0 representa igualdade e 1 desigualdade, em que apenas uma pessoa detém toda a riqueza), o município



tem apresentado nas últimas duas décadas bons resultados; no ano de 1991 com 0,58% e em 2010 0,51%, um diferença de 0,07% no período referido. (ADHB, 2013).

Tabela 1 – Renda, pobreza e desigualdade no município de Pato Branco/PR.

	1991	2000	2010
Renda per capita	R\$ 506,94	R\$ 736,20	R\$ 1.013,22
% de extremamente pobres	8,62	2,73	1,57
% de pobres	26,23	11,68	3,71
Índice de Gini	0,58	0,56	0,51

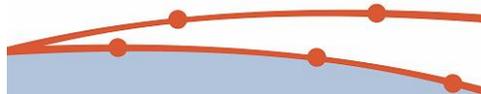
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Apesar dos dados do município apresentar uma evolução positiva em seus indicadores de desenvolvimento regional como evidenciado acima, ainda há famílias vulneráveis localmente. Com uma população de aproximadamente 72.500 habitantes, os dados de junho de 2018 apontam que 1.952 famílias foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, equivalendo a 6,50% da população total do município. Nesse mesmo mês, R\$ 236.060,00 foram transferidos às famílias cadastradas (MDS, 2018). Estes últimos dados apresentados evidenciam uma situação contrária às estatísticas oficiais, pois mostram que o percentual de famílias pobres é bem maior do que o presente nestas.

A cobertura do programa no município é de 73,74% em relação à estimativa de famílias pobres. Essa estimativa é calculada de acordo com os dados atuais do Censo Demográfico. Esses dados retratam que o município está abaixo da meta de atendimento do programa, sendo a gestão municipal responsável por promover ações de busca ativa para localizar famílias que estão no perfil do programa, mas que ainda não foram cadastradas, além da manutenção e atualização cadastral dos beneficiários (MDS, 2018).

O Programa Bolsa Família atende o total de 6.334 pessoas no município. A distribuição desses beneficiários é de predominância urbana, 5.984 beneficiários (94,47%), enquanto 350 beneficiários (5,53%) residem na área rural.

Esses dados se justificam devido à predominância da população residir em áreas urbanizadas, sendo que do total dos habitantes do município apenas 4.279 residem no rural. Desse modo, as discussões de De Paula e Júnior (2005), afirmam que a migração campo-cidade deve ser entendida como forma de exclusão dos pobres que não encontram possibilidades de sobrevivência no lugar de origem nem oportunidades no lugar de destino. E como já apontado por Brito e Souza (2005), são fatores de expulsão e fatores de atração associados com o modo de produção capitalista que desemprega no campo e cria



esperança de trabalho na cidade, formando situações de vulnerabilidade social no âmbito urbano.

A Tabela 2 apresenta a distribuição das famílias beneficiárias do PBF por bairros do município. Em se tratando da área urbana, as regiões Oeste e Sul possuem maior número de pessoas beneficiadas pelo PBF. O Bairro São João conta com 847 pessoas, representando 14,15% dos beneficiários urbanos. Em segundo lugar o Bairro Alvorada com 745 pessoas (12,45%). Já os bairros com o menor número de beneficiários são: Amadori, BR 158 e Brasília (0,03%), localizados na região Oeste com maior aproximação central e na região Leste da cidade. De maneira geral nota-se uma predominância das famílias beneficiárias do PBF nas áreas urbanas do sul do município, dado a existências de bairros mais fragilizados socialmente do que os existentes no eixo Centro-Norte da cidade.

Tabela 2 - Distribuição das pessoas beneficiárias do PBF, por localidade urbana/bairros.

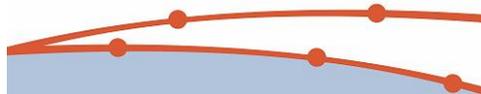
Bairros	%	Bairro	%	Bairros	%	Bairros	%
Aeroporto	0,62	Centro	1,94	N. Horizonte	4,29	São João	14,15
Alto da Glória	1,49	Cristo Rei	1,62	Pagnoncelli	0,15	São Luiz	0,40
Alvorada	12,45	Encruzilhada	0,37	Parq. do Som	0,18	São Roque	2,66
Amadori	0,03	Fraron	0,97	Pinheirinho	2,64	São Vicente	0,65
Anchieta	0,17	Gralha Azul	3,24	Pinheiros	0,05	Sudoeste	6,65
Bancários	0,69	Industrial	3,43	Planalto	5,72	Tr. Catani	0,05
Bela Vista	3,51	Jd. Floresta	5,61	Sambugaro	0,30	T. Guarani	0,15
Bonatto	2,61	Jd. Américas	0,23	Santa Fé	0,12	Veneza	1,19
Bortot	0,75	Jd. Primavera	0,23	Sta. Terezinha	0,60	Vila Brasil	0,07
BR 158	0,03	La Salle	0,95	Sto. Antônio	2,91	Vila Esperança	1,77
Brasília	0,03	Menino Deu	0,80	São Cristovão	9,09	Vila Isabel	0,33
Cadorin	0,12	Morumbi	2,52	São Francisco	1,25	Vila Verde	0,22
Total dos beneficiários urbanos							94,47%

Fonte: Elaboração própria a partir do Cadastro Único (2018).

Quanto à localização de beneficiários no meio rural, a Tabela 3 apresenta a localização destes, divididos por comunidades. Os dados apontam que São Roque do Chopim com 96 pessoas atendidas é a comunidade com o maior número de beneficiários, representando 27,43%. Em seguida, "Interior" com 37 beneficiários (10,57%). Com apenas 5 pessoas atendidas, a Linha Damasceno é a comunidade com o menor número de beneficiários na área rural (1,43%).

Tabela 3 - Distribuição das pessoas beneficiárias do PBF, por localidade rural/comunidade.

Comunidade	Nº	(%)	Comunidade	Nº	(%)
------------	----	-----	------------	----	-----



Pessoas			Pessoas		
Fazenda da Barra	35	10,00	Linha São Caetano	7	2,00
Independência	18	5,14	Quebra Freio	6	1,71
Interior	37	10,57	S. Miguel Cacheoerinha	17	4,86
Linha Damasceno	5	1,43	S. Pedro de Alcantra	13	3,71
Linha Esperança	7	2,00	São Roque do Chopim	96	27,43
Linha Marinelo	6	1,71	Sede Dom Carlos	21	6,00
Linha N. Sra. Carmo	4	1,14	Vila São Pedro	16	4,57
Passo da Ilha	14	4,00	Bom Retiro	35	10,00
Passo da Pedra	13	3,71			
Total de beneficiários rural			350	5,35%	

Fonte: Elaboração própria a partir do Cadastro Único (2018).

No que tange a distribuição dos beneficiários por sexo, constata-se que a maioria é do sexo feminino, são 3.722 mulheres (58,72%) beneficiárias pelo PBF que se encontra em situação de pobreza (Tabela 4). Nota-se uma diferença razoável de apenas 17,52% em relação ao sexo masculino que detém 2.612 pessoas (41,24%).

De acordo com o MDS (2014), das famílias brasileiras beneficiadas, 93% são as mulheres as titulares do cartão do Bolsa Família, muitas vezes, são as principais responsáveis pelos cuidados familiares e dos filhos. Molyneux (2006) demonstra com seu estudo sobre programas de transferência de renda na América Latina, que o Programa Oportunidades do México (semelhante ao PBF) também são as mulheres as responsáveis familiares quanto ao recebimento dos recursos. A autora afirma que isso é importante na perspectiva que as mulheres agem principalmente no interesse de seus filhos, a fim de melhor cumprir com as responsabilidades maternas, garantindo melhoria nas chances de vida, estado nutricional e educação.

A Tabela 4 ainda evidencia a estratificação por cor/raça dos beneficiários. Os dados apontam que a predominância do município é de beneficiários da cor branca (62,65%), em seguida de pessoas da cor parda (35,10%) seguido pelos pretos (1,44%), reafirmando o que é apresentado na literatura.

Consoante com estudo de Melo (2005), em que retrata dados sobre a pobreza no Brasil, a autora afirma que famílias pobres e indigentes se distribuem de forma semelhante na sociedade brasileira. Há uma maior concentração de negros e de pobres na região Norte e Nordeste do país, e a região Sul a predominância é de brancos (75%), seguido por pardos (20%), pretos (4,5%) e os demais distribuídos em outras raças. No entanto, esses dados não devem ser generalizados, pois características opostas também são encontradas no Sul



do país. Medeiros e Santos (2016) revelam que a predominância no município de Chapecó/SC é de beneficiários negros e pardos (71,72%).

Tabela 4 - Distribuição das pessoas beneficiárias do PBF, por cor/raça e sexo.

Cor/raça	Nº de pessoas	%	Sexo	Nº de pessoas	%
Branca	3.968	62,65	Masculino	2.612	41,24
Preto	91	1,44	Feminino	3.722	58,76
Amarela	42	0,66			
Parda	2.223	35,10			
Indígena	7	0,11			
Sem inf.	3	0,05			
Total	6.334	100%	Total	6.334	100%

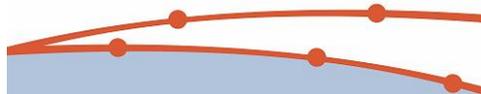
Fonte: Elaboração própria a partir do Cadastro Único (2018).

A Tabela 5 traz a escolaridade dos indivíduos do PBF. Retrata que das 1.952 famílias beneficiárias do PBF, sua maioria é composta por representantes que possuem baixa instrução escolar, tendo cursado apenas o ensino fundamental (62,03%). Por esse ângulo, Silva et al, (2017) argumentam que a baixa escolaridade dessa população maximiza as dificuldades de inserção ao mercado de trabalho, restando ocupações informais e de baixa remuneração. Já os responsáveis familiares que possuem escolaridade até o ensino médio são 620 (31,76%); não obstante, o ensino superior, é o nível escolar com menor número de representantes, são apenas 15 (0,76%).

A partir da perspectiva que nos é colocada por Amartya Sen (2000), podemos pensar a educação sob a lógica de o indivíduo obter meios para ampliar suas liberdades, eliminar barreiras e buscar por oportunidades reais na sociedade, não apenas economicamente, mas para que possam ter dignidade humana. Nesse sentido, é evidente a importância das condicionalidades – que devem ser cumpridas pelos beneficiários do PBF, sendo uma delas o acesso frequente de crianças e pré-adolescentes as instituições de ensino oferecidas pelo Estado, para que as gerações futuras possuam um capital educacional diferenciado e melhor, oportunizando a quebra do círculo de carência estabelecido em suas famílias.

Tabela 5 - Distribuição dos responsáveis familiares beneficiados do PBF, por curso mais elevado cursado.

Escolaridade	Nº de famílias	Percentual (%)
Pré-Escola	0	0,00
Ensino Fundamental	1.211	62,03
Ensino Médio	620	31,76
Ensino Superior	15	0,76



Sem Informação	106	5,43
Total	1.952	100%

Fonte: Elaboração própria a partir do Cadastro Único (2018).

A Tabela 6 demonstra a faixa etária das pessoas que compõe as famílias beneficiárias pela política. A distribuição dos beneficiários do PBF que compõem as famílias denota uma maior concentração de crianças com idade entre 7 a 15 anos, são 1.687 pessoas, representando 26,63% do total, seguida das com idade entre 0 a 4 anos (14,84%). Enquanto os grupos com menor frequência são de idosos entre 60 a 64 anos (1,22%) e acima de 65 anos (0,65%).

Tabela 6 - Distribuição das pessoas que compõem as famílias beneficiárias do PBF, por faixa etária.

Faixa etária	Nº Pessoas	(%)	Faixa etária	Nº Pessoas	(%)
0 a 4 anos	940	14,84	Entre 40 a 44	293	4,63
Entre 5 e 6	472	7,45	Entre 45 a 49	230	3,63
Entre 7 e 15	1.687	26,63	Entre 50 a 54	181	2,86
Entre 16 a 17	285	4,50	Entre 55 a 59	114	1,80
Entre 18 a 24	725	11,45	Entre 60 a 64	77	1,22
Entre 25 a 34	930	14,68	Maior que 65	41	0,65
Entre 35 a 39	359	5,67			
Total			6.334		100%

Fonte: Elaboração própria a partir do Cadastro Único (2018).

Essa distribuição pode ser interpretada devido à própria característica do programa, que visa beneficiar lares com crianças e pré-adolescentes. Os dados apresentados são similares aos revelados em estudo de Silva et al, (2017), em que os autores constatam que, o baixo número de idosos beneficiários se justifica devido à acessibilidade ao sistema previdenciário que, muitas vezes, tira-os da condição de pobreza e, assim, como potenciais beneficiários do PBF.

3.2 Estrutura dos domicílios

Esta seção analisa alguns indicadores da estrutura dos domicílios das famílias beneficiadas, já que estes também são essenciais para se determinar o grau de pobreza em que estas famílias encontram-se, evidenciando mais aspectos em torno da sua situação socioeconômica em que vivem.

A Tabela 7 apresenta o material predominante nas paredes externas das casas dos beneficiários do PBF. No que se refere às condições de moradia, o material predominante



nas paredes externas é de alvenaria (65,58%), seguida pela madeira presente em 640 lares (32,79%). A escolha por construções de alvenaria refere-se à durabilidade e segurança, apesar de serem mais caras em relação às casas de madeira, já que os beneficiários são indivíduos pobres. Estudo como o de Santos et al, (2017), afirmam que casas construídas em alvenaria proporcionam uma moradia mais resistente e segura.

Tabela 7 - Domicílio das famílias beneficiárias do PBF, por material predominante nas paredes externas.

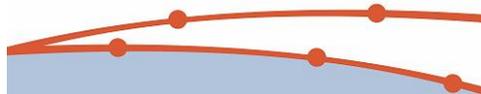
Material	Domicílios	(%)	Material	Domicílios	(%)
Alvenaria/ tijolo revestido	1.062	54,41	Mad. aproveitada	203	10,40
Alvenaria/ tijolo sem revestir	218	11,17	Palha	0	0,00
Madeira Aparelhada	437	22,39	Outro Material	3	0,15
Taipa Revestida	1	0,05	Sem informação	27	1,38
Taipa não revestida	1	0,05			
Total de domicílios	1.952				100%

Fonte: Elaboração própria a partir do Cadastro Único (2018).

De acordo com Souza e Couto (2015), os beneficiários o PBF do estado do Paraná possuem domicílios predominantemente construídos em alvenaria, seguido por madeira. Os autores afirmam que a utilização da madeira como material principal na construção de casas é devido uma questão de especificidade regional, ao contrário do Nordeste, onde a predominância é de casas construídas em alvenaria, seguido por de outros materiais não especificados e em terceiro lugar a madeira. A madeira aproveitada é também o material muito utilizado na região Sul e Norte do país, no entanto, esse material não é considerado adequado para construção de casa. De igual modo, a utilização de taipa, palha e outros materiais que representam na região Norte 24,5% dos domicílios dos beneficiários e na região Nordeste 20,1%.

Ainda sob a análise dos domicílios dos beneficiários do PBF, o próximo item de exame é a existência de banheiro nos lares dessas famílias. Os dados revelam que 1.893 famílias beneficiárias possuem banheiro em suas residências, esse dado representa quase a totalidade das famílias (96,98%). No entanto, ainda há 32 famílias que não possuem esse item (1,64%).

O último aspecto analisado em relação aos domicílios refere-se à forma de abastecimento de água nos lares das famílias beneficiárias do PBF (Tabela 8). Conforme os dados, a forma de abastecimento de água predominante é a rede geral de distribuição, que está presente em 1.842 lares (94,36%), seguida de poço ou nascente em 69 lares (3,53%). Enquanto a cisterna é utilizada por apenas 1 família (0,05%).



De acordo com o IBGE (2010), o abastecimento de água por meio de rede geral está relacionado a uma melhor infraestrutura, proporciona conforto e água tratada, enquanto as outras formas de abastecimento não passam por nenhum processo de tratamento. Souza e Couto (2015) ressaltam que o uso de cisternas para coletar e armazenar água da chuva é muito comum nas regiões Norte e Nordeste devido aos fatores climáticos e escassez de água, diferentemente das demais regiões do país que não são acometidas por esse problema.

Tabela 8 – Domicílio das famílias beneficiárias do PBF, por forma de abastecimento de água.

Abastecimento de água	Nº de domicílios	Percentual (%)
Rede Geral	1.842	94,36
Poço ou nascente	69	3,53
Cisterna	1	0,05
Outra forma	13	0,76
Sem informação	27	1,38
Total	1.952	100%

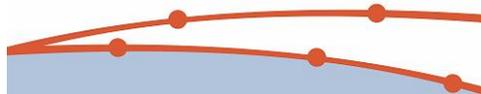
Fonte: Elaboração própria a partir do Cadastro Único (2018).

Em suma, os beneficiários do PBF em Pato Branco/PR possuem razoáveis condições de moradia. As famílias residem em casas em que o material de construção predominante é a alvenaria ou a madeira, além de possuir água tratada e banheiro. Itens esses, básicos e considerados essenciais quanto à qualidade de moradia e infraestrutura, bem como para uma qualidade mínima e digna de vida das pessoas.

3.3 Renda e acesso ao trabalho remunerado

A atual seção traz dados sobre as rendas e a inserção laboral dos beneficiários do PBF, sendo importante indicadores para conhecer-se mais aprofundadamente o perfil do público alvo da política social e sua situação social e econômica existencial e qualidade de vida.

A Tabela 9 traz a faixa de renda *per capita* das famílias beneficiárias do PBF. Os dados mostram que mais da metade dessas famílias possui uma renda entre R\$ 85,01 a R\$ 170,00, sendo um número de 1.062 famílias, representando 54,41% dos beneficiários. Isso representa um rendimento entre 8,91% a 17,81% do salário mínimo nacional vigente de R\$ 954,00. Seguida por dados mais baixos, 597 famílias beneficiárias (30,58%) possuem renda *per capita* de até R\$ 85,00, o que representa apenas 8,9% do salário mínimo. Se somados



estes dois percentuais, quase 85% das famílias auferem, per capita, até R\$ 170,00/mês, evidenciando a situação de vulnerabilidade social que estes atores vivem. Não obstante, nenhuma família possui renda acima de meio salário mínimo.

Tabela 9 - Perfil das famílias do PBF, por faixa de renda *per capita*.

Renda <i>per capita</i>	Nº de famílias	Percentual (%)
Até R\$ 85,00	597	30,58
De R\$ 85,01 a R\$ 170,00	1.062	54,41
De R\$ 170,00 a ½ salário	293	15,01
Acima de ½ salário	0	0,00
Total	1.952	100%

Fonte: Elaboração própria a partir do Cadastro Único (2018).

De acordo com Espinola (2013) o salário mínimo estabelecido pelo Governo Federal não é suficiente para atender as necessidades consideradas básicas de uma família, sequer para a garantia de segurança alimentar, considerados os preços dos alimentos. A identificação de indivíduos acometidos pela pobreza – sob uma perspectiva econômica – é realizada mediante a determinação de um dado nível de renda. Desse modo, são rotulados como indigentes, miseráveis ou extremamente pobres aqueles cuja renda é insuficiente para satisfazer as necessidades básicas para subsistência. No entanto, de acordo com Sen (2000), a pobreza não deve ser definida apenas como um valor auferido abaixo de um patamar estabelecido, mas também considerada como uma privação de obter condições básicas para existência de um indivíduo.

No que tange os dados de empregabilidade dos representantes familiares no último ano (12 meses), retrata que 1.012 representantes familiares (51,84%) não possuem trabalho remunerado nos últimos 12 meses, evidenciando a precariedade social empregatícia existente nas famílias. Outras 940 representantes das famílias (48,16%) já receberam algum dinheiro proveniente de trabalho nos últimos 12 meses.

Os dados são aproximados, contudo, os representantes familiares que não possuem rendimentos provenientes de trabalho há mais de 12 meses, atingem 1.845 pessoas que compõem essas famílias. Ficar sem trabalho remunerado é bastante delicado para a preservação do tecido social, já apenas o recebimento do benefício não é suficiente para o atendimento das necessidades básicas demandas por uma família em situação de pobreza (alimentação, vestuário, transporte, pagamento de água e energia elétrica, remédios, entre outros gastos existentes).



Críticos do PBF argumentam que essa política de transferência de renda desmotiva os pobres a procurar emprego e buscar qualificação profissional, o que os torna dependentes do auxílio (Peña et al, 2015). Segundo Medeiros, Brito e Soares (2007), a crítica está baseada na ideia, de que, à medida que o beneficiário atinge certo nível de renda, teria incentivo para trabalhar menos ou deixar de trabalhar. No entanto, os autores reconhecem essa crítica como mal fundamentada, visto que o valor da transferência recebido é tão baixo que não parece suficiente para que o beneficiário deixe de trabalhar ou de buscar atividades remuneradas mais estáveis.

Rabelo (2011) afirma que há evidências de que beneficiários preferem um emprego ou melhorar sua renda ao invés de depender economicamente apenas do recebimento do benefício. O autor aponta os estudos de Marques (2006) e Marques e Rocha (2007), em que beneficiários exemplificam a preferência por um emprego e ressaltam o sentimento recompensador que o trabalho trás, sentem-se valorizados como pessoa e cidadão.

4. Considerações finais

A contribuição dos programas de transferência de renda condicionada apresenta uma avaliação positiva, especialmente no que se refere ao enfrentamento das desigualdades sociais. No caso do PBF, o programa tem apresentado bons resultados no município, que de maneira geral, já possui indicadores sociais e econômicos bons, embora, exista quase 6,5% da população local em situação de vulnerabilidade social, pois integram o CadÚnico municipal, evidenciando as contradições que ocorrem nos processos de desenvolvimento local.

A pesquisa nos revela o perfil dos beneficiários do PBF onde os dados apontam que grande parte destes reside em áreas urbanizadas e estão em sua maioria distribuídos na região Oeste e Sul do município. Mais da metade dos beneficiários são do sexo feminino (58,76% dessas pessoas são mulheres), cumprindo o que preza as normas do PBF, em destinar os recursos para serem administrados por estas, que gestam melhor as famílias e as condições de vida dos filhos como os estudos tem revelado.

Também chama a atenção a maioria dos beneficiários possuem baixa escolaridade e poucas oportunidades de trabalho remunerado, duas condições que impossibilitam seu pleno desenvolvimento com liberdade, como Amartya Sen preconizava. Para tanto, a educação e a inserção nos mercados de trabalho formais precisa continuar sendo alvos de outras políticas públicas para além do PBF, para contribuir com a inserção



laboral e econômica-produtiva desses atores sociais vulneráveis. Os estudos citados ao longo da análise demonstram que o PBF vem ampliando as liberdades da população na medida em que garante maior autonomia às mulheres, maior escolarização, emprego e maiores níveis de saúde à população. O PBF cria condições mínimas para que as capacidades individuais possam ser desenvolvidas e serem aplicadas na geração de renda e para interromper o ciclo da pobreza nas gerações futuras.

No que tange a qualidade dos domicílios das famílias beneficiárias do PBF, grande parte das residências está em boas condições de infraestrutura, pois os mesmos possuem acesso à água encanada e tratada, pisos revestidos e a moradia na maioria das famílias é de alvenaria, embora, algumas residências ainda não disponham de banheiro.

A partir de uma análise multidimensional da pobreza, entende-se que ao PBF a identificar apenas como insuficiência monetária e que isto não é um indicador suficiente, nem a simples transferência de renda se constituirá na solução do problema da pobreza. Nesse sentido, a abordagem das capacidades humanas fornece subsídios para que uma política de combate à pobreza não deva ter como único objetivo a redução da pobreza. Logo, para romper a pobreza são necessárias políticas públicas integradas que eliminem as causas das privações de liberdades dessa população vulnerável.

5. Referências

BICHIR, R. M. O Bolsa Família na Berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Novos Estudos**, p. 115-129, Jul 2010.

BRASIL. Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002. Regulamenta a Medida Provisória nº 18, de 28 de dezembro de 2001, relativamente ao "Auxílio-Gás". Diário Oficial, Brasília, DF, 24 jan. 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa alimentação saudável: bolsa-alimentação**, Brasília, 2002. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/alimenta_saudavel.pdf>. Acesso em: 14 julho 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem Miséria**. Tereza Campello, Tiago Falcão, Patrícia Vieira da Costa (orgs). Brasília: MDS, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatório Bolsa Família**, 2018. Disponível em: <<http://mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 14 julho 2018.

BRITO, F.; SOUZA, J. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intermetropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 48-63, out/dez 2005.



COSTANZI, R. N.; FAGUNDES, F. Perfil dos Beneficiários do Programa Bolsa Família. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. **Bolsa Família 2003-2010: Avanços e desafios**. Brasília: IPEA, v. 2, 2010. p. 336.

DE PAULA, A. M. N. R.; JÚNIOR, J. C. As migrações campo-cidade: os diferentes enfoques interpretativos. **III Simpósio Nacional de Geografia Agrária**, Presidente Prudente, p. 1-10, nov 2005.

DUARTE, G. B.; SAMPAIO, B.; SAMPAIO, Y. Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. **RESP**, Piracicaba, v. 47, p. 903-918, out/dez 2009.

ESPINOLA, G. M. **Bolsa Família: uma análise a partir da concepção dos beneficiários de São Felipe – BA**. Crus das Almas. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Programa de Pós Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social. 2013, 143p.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**. Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPEA. **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/2006_nt01_agosto_disoc.pdf>. Acesso em: 15 julho 2018.

MARQUES, A. Dimensões da autonomia: o Programa Bolsa-Família na mídia e na fala das beneficiárias. **ALACIP**, Campinas, 2006.

MARQUES, A; ROCHA, S. A política a partir das margens: a produção discursiva sobre o programa bolsa-família em grupos de discussão. **Revista FAMECOS**, N.32, abril de 2007, p. 1-23, 2007.

MARTINS, A. P. B. **Impacto do Bolsa Família sobre a aquisição de alimentos em famílias brasileiras de baixa renda**. São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Programa de Pós Graduação em Nutrição em Saúde Pública. 2013, 123p.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Transferência de renda no Brasil. **Novos Estudos**, p. 5-21, Novembro 2007.

MEDEIROS, B. T.; SANTOS, V. F. O perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Chapecó-SC. **Revista Grifos**, v. 40, p. 99-117, 2016.

MELO, H.P. **Gênero e Pobreza no Brasil**. Relatório final do Projeto Governabilidade Democrática de Gênero em America Latinay el Caribe. Brasília: CEPAL; SPM, 2005.

MOLYNEUX, M. Mothers at the Service of the New Poverty Agenda: Progres/Oportunidades, Mexico's Conditional Transfer Programme. **Social Policy & Administration**, v. 40, n. 4, aug. p. 425-449, 2006.



PATO BRANCO. Prefeitura Municipal. **O Município**. Disponível em: <<http://www.patobranco.pr.gov.br/omunicipio/>>. Acesso em: 13 julho 2018.

PEÑA, C. R. et al. A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois do Programa Bolsa Família. **Rev. Adm Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 889-913, jul/ago 2015.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/2988>. Acesso em: 19 outubro 2018.

RABELO, M. M. O beneficiário do Programa Bolsa Família em Porto Alegre: perfis educacional e ocupacional. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p.75-90, 2011.

SANTOS, T. L. et al. O perfil dos beneficiários e das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no município de Ilhéus-Bahia. **VII Semana do Economista**, Ilhéus, p. 3-21, out/nov 2017.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia de Letras, 2000.

SILVA, C. B. D. C. et al. Perfil Socioeconômico dos Beneficiários Rurais do Programa Bolsa Família da Região Sul do Brasil. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 35, p. 83-101, Jul 2017.

SILVA, M. O.; YASBEK, M. C.; DI GIOVANI, G. A. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, O. D. S. O Bolsa Família: Problematizando questões centrais da política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 1429-1439, 2007.

SOUZA, A. A.; COUTO, C. L. Programa Bolsa Família: características e perfil da pobreza entre os beneficiários nos estados do Paraná e Bahia. **Informe Gepec**, Toletto, v. 19, n. 2, p. 41-56, jun/dez 2015.